PODER LEGISLATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

PROJETO DE LEI

Nº 997/2025

AUTORES: DEPUTADO ANIBELLI NETO

EMENTA:

CONCEDE O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE TOMAZINA.



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 997/2025

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do Bairro da Anta, com sede no Município de Tomazina

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do Bairro da Anta - AMBRA, com sede no Município de Tomazina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de outubro de 2025

ANIBELLI NETO

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA – AMBRA, com sede na área rural denominada Ribeirão da Anta, no Município de Tomazina, é uma entidade declarada de Utilidade Pública Municipal e com a missão institucional de proporcionar atividades culturais e desportivas, inclusive, através da compra comum de insumos com a finalidade de beneficiar a coletividade com preços acessíveis.

Presta serviços de transportes, armazenagem e comercialização da produção agropecuária, além da industrialização e beneficiamento da produção.

Atende com fornecimento de maquinários agrícolas e busca alternativas de renda para os interessados em sua área de abrangência.

Esta apta estatutariamente para firmar convênios e parcerias institucionais com entidades públicas e privadas, e viabilizar a realização de cursos, seminários, palestras e reuniões de capacitação técnica para o desempenho de



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

atividades agrícolas com uso da tecnologia.

A AMBRA visa proporcionar a melhoria da qualidade de vida através da integração social coletiva, promoção e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado , adoção de práticas conservacionistas, e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Neste sentido, e com amparo nas ações constantes de sua prestação de contas, conclamo os nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP para deliberarmos, aprovarmos e concedermos-lhe o Título de Utilidade Pública através desta proposição parlamentar.



DEPUTADO ANIBELLI NETO

Documento assinado eletronicamente em 23/10/2025, às 17:23, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador 997 e o código CRC 1D7B6E1F2B4B9FF



ATA DE REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA PARA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ANTA

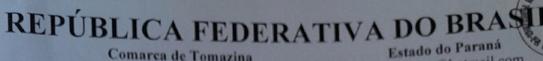
ATA N° 02/2023

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, precisamente às dezenove horas, no barração de festas da Capela Santa Cruz, situada no Bairro da Anta, reuniram-se os membros da Associação, a fim de tratar do Assunto principal da noite, APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO, além de outros assuntos concernentes às despesas do ano vigente. Passando a ordem do dia ao Presidente, Senhor Ari Romanosk, deu abertura à reunião, saudou o convidado da noite, o advogado Dr. Flávio José de Oliveira Chueire, que se apresentou para todos os associados, e fez breve explicação a respeito do Estatuto da Associação que fora confeccionado, dando ênfase a importância do novo Estatuto e que as mudanças são necessárias devido alteração do Código Civil, além da necessidade de estar com os documentos em ordem para fins de busca de projetos para adquirir diversos equipamentos para os associados. Após o discurso e apresentação do Estatuto, todos os associados votaram e o Estatuto fora aprovado por unanimidade. Em continuidade, o Presidente passou algumas informações relevantes sobre as anotações de horas de utilização do trator da Associação, e ressaltou que o valor da anuidade fora aprovado por todos os associados, passando a ser no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), possuindo vigência até 31 de dezembro de 2024. Em seguida passou a palavra ao tesoureiro, Senhor Romildo José Depizzol, o qual iniciou a prestação de contas, declarando que até a presente data, possui R\$ 18.152,00 (dezoito mil, cento e cingüenta e dois reais) em depósito bancário e R\$ 1.280,00 (Um mil, duzentos e oitenta reais) em espécie. Informou que o importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fora investido para adquirir uma semeadeira usada. Após finalizar a prestação de contas, devolveu a palavra ao Presidente, que iniciou os agradecimentos pela presença de todos e pela aprovação plena do novo Estatuto. Nada mais havendo a declarar o Senhor reunião. encerrou Presidente

lavrei a presente ata que passa a ser assinada por mim e todos os presentes.

Ari Romanosk - Presidente

Flávio José de Oliveira Chuei	OAB/PR 21.375 ire – Advogado convidado
Yose Voldir Dias - Associado	Voelden moust den Sil Valderi da Silva - Associado
Ronaldo Ap. ob Borros Ronaldo Barros - Associado	Gilmar Vieira - Associado
Joaquim mortins Juha Joaquim Martins - Associado	Matias – Associado
Pedro Rodrigues - Associado	Joel Costa Joel Costa – Associado
Romildo - Associado	X Valdinei Inocenas Rodrigues Valdinei-Associado
Nilson Rodrigues – Associado	boon
Mison Roungues - Associado	Luiz Gonzaga – Associado
Rezimbol. Bons	Luiz Gonzaga – Associado
Reginaldo Associado	
Reginaldo - Associado	
Reginaldo -Associado	
Reginaldo - Associado	
Reginaldo -Associado	
Reginaldo -Associado	



Comarca de Tomazina Fone: 43 – 98863-5625 e-mail: rciviltomazina@hotmail.com



REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E PESSOAS JURÍDICAS
LETICIA SOUZA COSTA LIMA
REGISTRADORA
SADRAQUE RODRIGUES DA SILVA
Escrevente

APRESENTANTE: Ari Romanosk
OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL, TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS.

Protocolo nº 6.297 fls. 009v, do Livro A-03. Registrado no Livro A-05, fls. 153v, sob nº 399.

Tomazina-PR, 13 de Setembro de 2023. Custas VRC 300.00 R\$73.60, Selo R\$4.00 Funrejus R\$10.56, Distribuição: R\$9,12 ISS R\$3.69, FUNDEP R\$3.69 Total: R\$ 104.86

FUNARPEN DECEMBER SELO DIGITAL

SELO DIGITAL SFTD4.qvRI4.MQaND LzfDy.1215q

https://selo.funarpen.com.br

Letiera Souza Costa Lima Registradora.

NATURAIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL

DAS PESSOAS JURÍDICAS

COMARCA DE TOMAZINA

Leticia Souza Costa Lima Registradora

Rua Helena Jacopetti Caproni, 101 - Nova Tomazina Tomazina - Paraná CEP: 84935-000

ESTATUTO SOCIAL



AMBRA - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA

ARTIGO 1° - DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, nesse estatuto designada, simplesmente, como AMBRA, Fundada em data de 22/02/2002, com sede e foro no Bairro da Anta, nesta cidade de Tomazina, Estado do Paraná, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem cunho político ou partidário, com finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

ARTIGO 2° - SÃO PRERROTIVAS DA ASSOCIAÇÃO:

No desenvolvimento de suas atividades, a AMBRA observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, com as seguintes prerrogativas:

- I. Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;
- II. A compra em comum dos insumos necessários as atividades econômicas, culturais e desportivas;
- III. A prestação de serviços de transportes, armazenagem e comercialização da produção agropecuária de seus associados e quando for o caso, a industrialização e/ou beneficiamento da produção;
- IV. A aquisição de bens de consumo, de uso pessoal e gênero de primeira necessidade ao quadro social:
- V. A prestação de serviços aos associados com maquinário agrícola
- VI. A representação social e defesa econômica de seus associados resguardando os interesses
- VII. Buscar alternativas de renda para os associados, através da diversificação da propriedade evitando êxodo rural.
- VIII. Firmar convênios e/ou parcerias com entidades públicas ou privadas para assessoria da Diretoria e Assistência Técnica nas atividades agropecuárias dos associados.
 - IX. Viabilizar a realização de cursos, excursões, palestras, reuniões, para capacitação dos associados para desempenhar as suas atividades, com uso da tecnologia.
 - X. Promover o desenvolvimento comunitário através de realizações de obras e melhoramentos, recursos próprios, obtidos por doação, empréstimos ou de outras fontes de recursos.
 - XI. Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar, através da integração de seus moradores.
- XII. Proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades culturais e desportivas.
- XIII. Promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas.
- XIV. Promoção da defesa e conservação do Meio Ambiente;
- XV. Estimular a adoção de práticas conservacionistas;
- XVI. Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- XVII. Promoção da adoção de Boas Práticas agrícola e produção sustentável;
- Cooperar com órgãos públicos e privados no desenvolvimento de propostas e projetos de interesse comunitário, podendo inclusive, celebrar convênios e acordão para a consecução de suas finalidades;

XIX.

- Contribuir para o desenvolvimento territorial, mediante a prestação de serviços de extensão a comunidade para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias, bem como nas áreas, culturais e sociais;

ARTIGO 3° - DOS COMPROMISSOS DA ASSOCIAÇÃO:

A Associação se dedicara às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa, suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objetivos sociais.

ARTIGO 4° - DA ASSEMBLÉIA GERAL:

A Assembleia Geral Deliberativa é o órgão máximo e soberano da associação, e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos. Reunir-se à segunda quinzena de janeiro, para tomar conhecimento das ações da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, quando devidamente convocada. Constituíra em primeira convocação com a maioria absoluta dos associados e, em segunda convocação, meia hora após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo nos casos previsto neste estatuto, tendo as seguintes prerrogativas.

- I. Fiscalizar os membros da associação, na consecução de seus objetivos;
- II. Eleger e destituir os administradores;
- III. Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- IV. Estabelecer o valor das mensalidades/anuidades dos associados;
- V. Deliberar quanto á compra e venda de imóveis da associação;
- VI. Aprovar o regimento interno que disciplinará os vários setores de atividades da associação;
- VII. Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto social;
- VIII. Deliberar quanto á dissolução da associação;
- IX. Decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As assembleias gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, e serão convocadas, pelo presidente ou por 1/5 dos associados, mediante edital fixado na sede social da associação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de sua realização, onde constará: local, dia, mês, ano hora da primeira e segunda chamada, ordem do dia, e o nome de quem a convocou;

PARÁGRAFO SEGUNDO — Quando a assembleia Geral for convocada pelos associados, deverá o presidente convocá-la no prazo de 3 (três) dias, contados da data entregue do requerimento, que deverá ser encaminhado ao presidente através da notificação extrajudicial. Se o presidente não convocar a assembleia, aqueles que deliberarem por sua realização, farão a convocação;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições da diretoria e conselho fiscal e o julgamento dos atos da diretoria quanto á aplicação de penalidades.



ARTIGO 5°- DOS ASSOCIADOS:

Serão sócios da AMBRA, todos aqueles que atenderem os seguintes requisitos:





- I. Manifestar seu desejo de vincular-se á AMBRA, preenchendo a correspondente proposta de inscrição;
- II. Ter idoneidade moral e boa reputação;
- III. Tenham seu pedido de inscrição aprovados pela diretoria;
- IV. Pague a contribuição, valor que será fixado pela presente diretoria;

ARTIGO 6°- SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS:

- I. Cumprir os estatutos, os regulamentos e as disposições da AMBRA;
- II. Exercer os cargos para os quais foram eleitos salvo nos casos de impedimentos justificados;
- III. Colaborar com os programas e iniciativas da AMBRA;
- IV. Pagar a contribuição mensal fixada pela diretoria executiva até o último dia útil do mês da competência;
- V. Pagar a cota à parte que lhe couber no preço dos melhoramentos ou aquisições efetuadas pela AMBRA;

ARTIGO7° - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS:

- I. Votar e ser votado nas eleições para membro da diretoria executiva e do conselho fiscal, condicionado à estar em dia com suas obrigações societárias;
- II. Usufruir de todos os serviços oferecidos pela AMBRA;
- III. Recorrer de qualquer decisão da diretoria executiva;
- IV. Participar de qualquer promoção levada a efeito pela AMBRA;
- V. Oferecer sugestões;
- VI. Requerer a convocação da assembleia geral em caráter extraordinário;
- VII. Fazer-se representar nas assembleias gerais através de procurador;

ARTIGO 8° - DA DEMISSÃO DOS ASSOCIADOS:

É direito de o associado demitir-se do quadro social, quando julgar necessário, protocolando seu pedido à secretaria da associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

ARTIGO 9°- DA EXCLUSÃO DO ASSOCIADO:

A perda da qualidade de associado será determinada pela diretoria executiva, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- I. Violação do estatuto social;
- II. Difamação da associação de seus membros ou de seus associados;
- III. Atividades contrárias as decisões das assembleias gerais;
- IV. Desvio dos bons costumes;
- V. Conduta duvidosa, mediante a prática de atos ilícitos ou imorais;
- VI. Atraso no pagamento da anuidade, por parte dos associados contribuintes, do equivalente a 90 dias de contribuição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Definida a justa causa, o associado será devidamente notificado dos fatos a ele imputados através de notificação extrajudicial, para que apresente sua defesa prévia no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da comunicação;



PARÁGRAFO SEGUNDO - após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será decida em reunião extraordinária da diretoria executiva, por maioria simples de votos nos diretores presentes;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Aplicada a pena de exclusão, caberá recurso, por parte do associado excluído, à Assembleia Geral, em que deverá no prazo de 30 (trinta) dias contados da decisão de sua exclusão, através de notificação judicial, manifestar a intenção de ver a decisão da Diretoria Executiva que deverá ser objeto de deliberação, em última instância, por parte da

PARÁGRAFO QUARTO - Uma vez excluído, qualquer que seja o motivo, não terá o associado o direito de pleitear indenização ou compensação de qualquer natureza, seja a que

PARÁGRAFO QUINTO - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido, mediante o pagamento de seu débito junto à tesouraria da Associação.

ARTIGO 10° - DA APLICAÇÃO DAS PENAS:

As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- Suspensão de (30) trinta dias ou até 01 (um);
- III. Eliminação do quadro social.

ARTIGO 11° - DOS ORGÃOS ADMINISTRATIVOS DA INSTITUIÇÃO:

São órgãos da associação:

- I. Diretoria Executiva;
- II. Conselho Fiscal.

ARTIGO 12 ° DA DIRETORIA EXECUTIVA:

A diretoria executiva da associação será constituída por 06 (seis) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Vice Presidente, 1° e 2° secretários, 1° e 2° Tesoureiros. A Diretoria reunir-se á, ordinariamente, quando convocada pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

ARTIGO 13° - COMPETE Á DIRETORIA EXECUTIVA:

- Dirigir a associação, de acordo com o presente estatuto, e administrar o patrimônio social.
- Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto e as decisões da assembleia geral; II.
- Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos III. profissionalizantes e atividades culturais:
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Elaborar o orçamento anual;
- Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas VI. referentes ao exercício anterior;
- VII. Admitir pedido de inscrição de associados;
- VIII. Acatar pedido de demissão voluntaria de associados;
- IX. Conhecer quaisquer reclamações dos Associados;
- Fixar os valores da contribuição social; X.
- Realizar, mediante aprovação da Assembleia Geral, a contratação de empréstimos e outras XI. obrigações pecuniárias;
- XII. Receber doações;



PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões da diretoria deverão ser tomadas por maioria de votos devendo estar presentes, na reunião, a maioria absoluta de seus membros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO 14°- COMPETE AO PRESIDENTE:

(as competências, deste e dos demais devem seguir a composição contida no art.12)

- Representar a Associação ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais e extrajudiciais, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julgar necessário;
- Convocar e presidir reuniões da Diretoria Executiva;
- Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias; III.
- Juntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancaria, assinar cheques e documentos bancários e contábeis;
- Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o a Assembleia Geral Ordinária;
- Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos, podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los:
- Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, de saúde e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao Vice- Presidente, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 15° - COMPETE AO 1° SECRETÁRIO:

- Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- Redigir a correspondência da associação;
- Manter e ter sob sua guarda o arquivo da associação; III.
- Dirigir supervisionar todo trabalho da secretaria. IV.

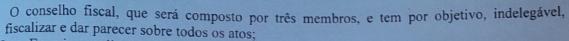
PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao 2º Secretário substituir o 1º secretario, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

ARTIGO 16°- COMPETE AO 1° TESOUREIRO:

- Manter em estabelecimento bancários, juntamente com presidente, os valores da associação, podendo aplicá-los ouvida a diretoria executiva;
- Assinar, em conjunto com o presidente, os cheques e demais documentos bancários e
- Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos a associação; III.
- IV. Supervisionar o trabalho da tesouraria e da contabilidade;
- Apresentar ao conselho fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- Elaborar, anualmente, a relação dos bens da associação apresentando-a, quando solicitado, VI. à assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete ao 2º tesoureiro, substituir o 1º tesoureiro em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Artigo 17°- DO CONSELHO FISCAL:



I. Examinar os livros de escrituração da associação;

II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros contábeis, submetendo-os a assembleia geral ordinária ou extraordinária;

II. Requisitar ao 1º Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela associação;

IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

Convocar extraordinariamente a assembleia geral.

PARAGRAFO ÚNICO – O conselho fiscal reunir-se-á Ordinariamente, uma vez por ano, segunda quinzena de janeiro, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente da Associação, ou pela maioria simples de seus membros.

ARTIGO 18° - DO MANDATO:

As eleições para Diretoria Executiva e Conselho Fiscal realizar-se-ão, conjuntamente, a cada 03 (três) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo haver reeleição.

ARTIGO 19° - DA PERDA DO MANDATO:

A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou de conselho fiscal será determinada pela assembleia geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;

II. Grave violação deste estatuto:

III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, a secretaria da associação;

 Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce na associação;

V. Conduta duvidosa;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia á Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, compota de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo a primeira chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

ARTIGO 20° - DA RENÚNCIA:

Em caso de renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes.



PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretária da Associação, a qual, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

PARÁGRAFO SEGUNDO — Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria do Conselho Fiscal, o presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou em último caso, qualquer dos membros da Diretoria Executiva ou em último caso qualquer um dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 05 (cinco) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

ARTIGO 21° - DA REMUNERAÇÃO:

Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas atividades exercidas na associação.

ARTIGO 22° - DA RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS:

Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da diretoria executiva e do conselho fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da associação.

ARTIGO 23°- DO PATRIMONIO SOCIAL:

O patrimônio da associação será constituído e mantido por:

Contribuições mensais ou anuais dos contribuintes;

II. Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que seja revertido totalmente em benefícios da associação;

III. Juros de títulos ou depósitos;

IV. Todos os implementos e maquinários desta serão guardados dentro do terreno da associação;

ARTIGO 24° - DA VENDA:

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da Associação

ARTIGO 25° DA REFORMA ESTATUÁRIA:

O presente estatuto social poderá ser reformado no tocante á administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo a primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.

ARTIGO 26° - DA DISSOLUÇÃO:

4

A Associação poderá ser dissolvida, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face a impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concordante de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo a primeira chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo 1/3 (um terço) dos associados.

<u>Parágrafo Único</u> – Em caso de dissolução social da Associação, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra em entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada, sede e atividade preponderante nesta cidade e devidamente registra nos órgãos públicos competentes.

ARTIGO 27° - DO EXERCÍCIO SOCIAL:

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade, de conformidade com as disposições legais.

ARTIGO 28° - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A associação não distribui lucro, bonificação ou vantagens a qualquer título, para dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

ARTIGO 29° - DAS OMISSÕES:

Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembléia Geral.

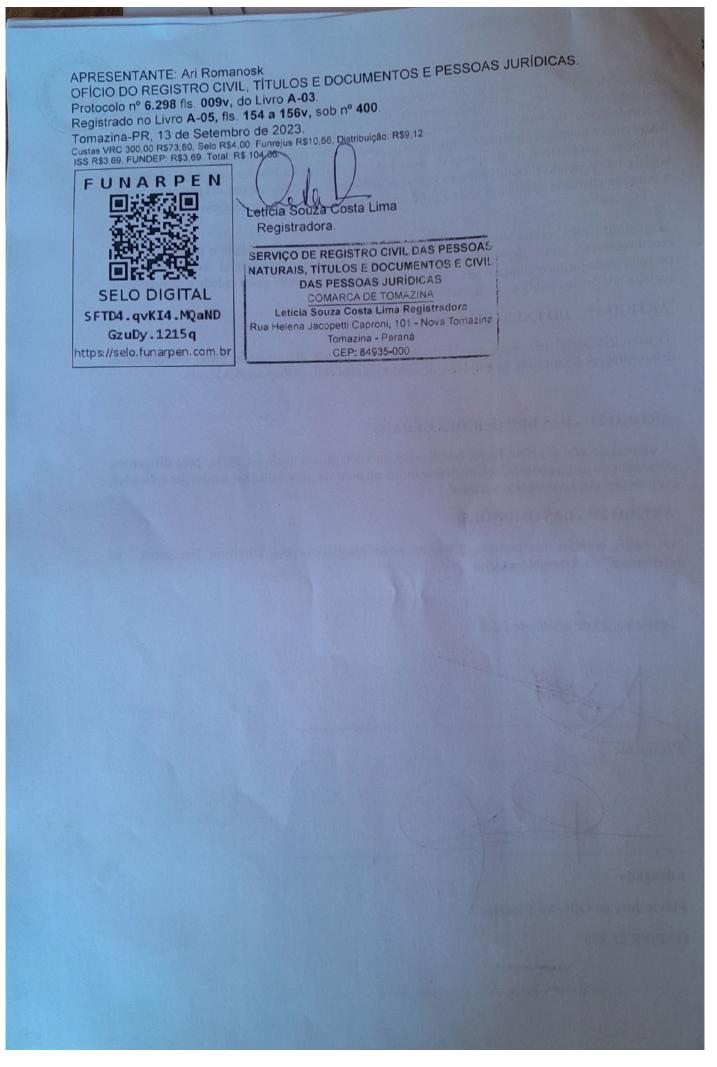
Tomazina, 25 de agosto de 2023

Presidente

Advogado

Flávio José de Oliveira Chueire

OAB/PR 21.375





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA

CNPJ: 05.206.346/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 15:40:18 do dia 17/07/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 13/01/2026.

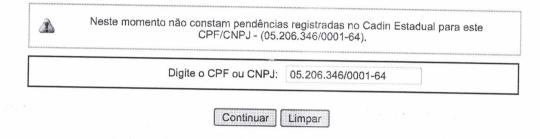
Código de controle da certidão: **17EB.7354.33C6.F1BA** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estou Inscrito?

Caso retorne a mensagem que não há pendências no Cadin Estadual, pode ser que:

- Não haja pendência passível de registro, ou
- Exista pendência dentro do prazo de envio do comunicado ou de regularização.

Observação: Para verificar o valor das pendências acesse <u>Consultar valores das</u>
<u>pendências no CADIN < https://www.cadin.pr.gov.br/servicos/Empresa/Cadin/Consultar-detalhes-das-pendencias-no-Cadin-dYo9ynoL ></u>.











REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.206.346/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INS	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MO	RADORES DO BAIRRO DA ANTA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO A.M.B.R.A.	O (NOME DE FANTASIA)		PORTE DEMAIS
94.30-8-00 - Atividades	VIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL de associações de defesa de direitos	sociais	
94.93-6-00 - Atividades	īVIDADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS de organizações associativas ligadas associativas não especificadas anter	s à cultura e à arte iormente	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NAT 399-9 - Associação Priv	UREZA JURÍDICA ada		
LOGRADOURO R PRINCIPAL	ang Penaghès de espand	NÚMERO COMPLEMENTO ZONA RURAL	. CASA
84.935-000	BAIRRO/DISTRITO RIBEIRAO DA ANTA	MUNICÍPIO TOMAZINA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO	e di en dikogazoren	TELEFONE (43) 5631-133	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁ'	VEL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DAT 25 /	TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 104/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADAST	RAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL		DAT	A DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/10/2025 às 16:13:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

DECLARAÇÃO Nº 304/2025

DECLARAÇÃO

Para atendimento ao requisito contido no art. 2º da Lei Estadual sob o nº 17.826/2023, que regulamenta a concessão do Título de Utilidade Pública no Estado do Paraná, Declaro para que surta os jurídicos e legais efeitos, que tenho conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA**, pessoa jurídica sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob o nº 05.206.346/0001-64, com sede na Cidade de **TOMAZINA**; que solicita-nos a concessão do Título de Utilidade Pública.

Declaro que os documentos juntados estão de acordo com o artigo 7°, parágrafo único da Lei 17.826, de 13 de dezembro de 2013.

Curitiba, 23 de outubro de 2025

ANIBELLI NETO

Deputado Estadual



DEPUTADO ANIBELLI NETO

Documento assinado eletronicamente em 23/10/2025, às 17:13, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **304** e o código CRC **1C7E6C1F2A5C0FE** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO BAIRRO DA ANTA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (19/02/2023), reuniram-se em caráter extraordinário, na sede da Associação de Produtores do Bairro da Anta, os membros da diretoria e os sócios da entidade, conforme convocação prévia do Presidente Sr. Ari Aparecido Romanosk, que deu início aos trabalhos às 20 horas, dando as boas-vindas a todos os presentes.

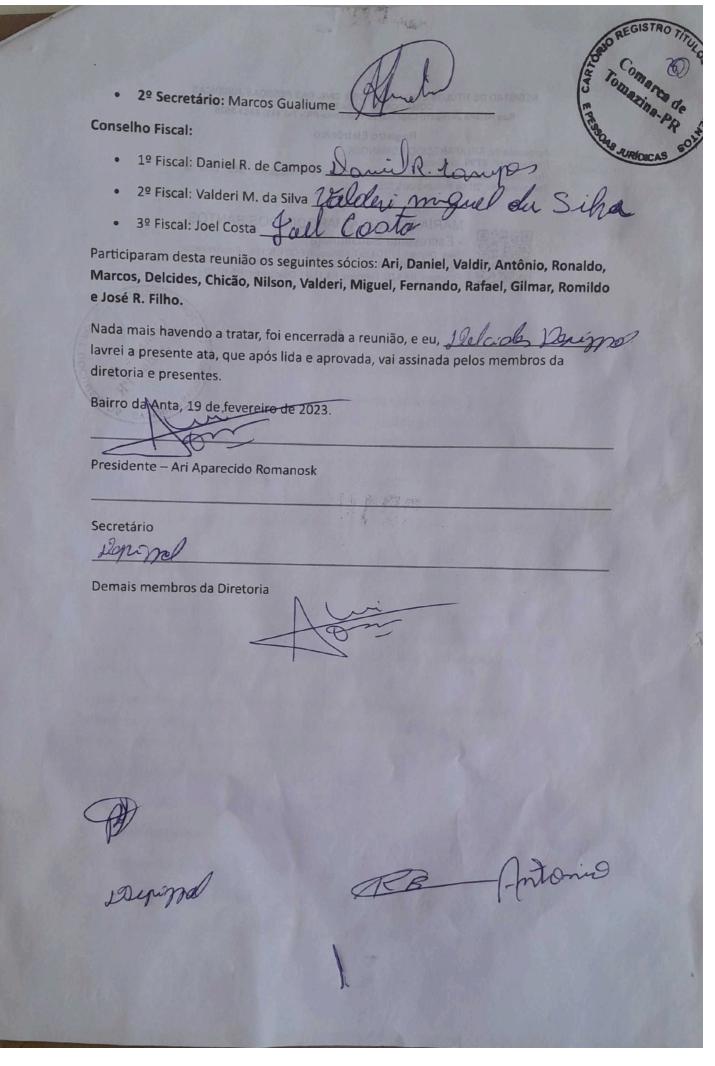
Em seguida, o Presidente solicitou ao Secretário a leitura da ata anterior, a qual, após lida, foi colocada em apreciação, sendo aprovada por unanimidade. O Tesoureiro Sr. Daniel solicitou uma correção, mencionando que não constavam os valores em caixa. O Secretário concordou em registrar nesta ata os números apresentados pelo Tesoureiro, sendo estes: R\$ 26.407,00 (vinte e seis mil, quatrocentos e sete reais) em caixa e R\$ 9.755,00 (nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais) a receber.

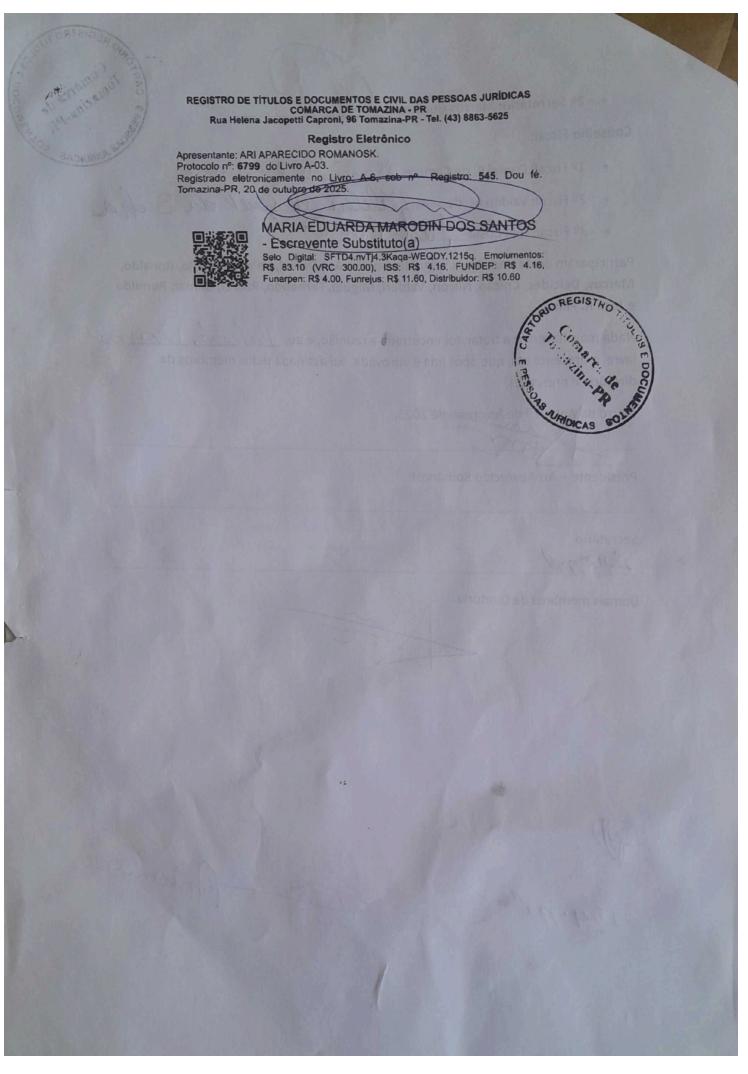
Na sequência, o Presidente esclareceu o motivo da convocação: a constituição da nova diretoria da Associação. Explicou que, apesar do pedido para apresentação de chapas, nenhuma foi registrada. Diante disso, relatou que conversou com diversos sócios, os quais manifestaram apoio para que ele permanecesse na presidência. Um dos presentes questionou se seria possível o Sr. Ari Aparecido Romanosk ser novamente candidato, visto que já estava há quatro anos na diretoria. O Presidente respondeu que sim, pois não houve reeleição anterior, apenas prorrogação de mandato devido à pandemia.

O Presidente comunicou que convidou o Sr. Romildo José Depizzol para assumir a Tesouraria, e este aceitou. Destacou ainda que somente os sócios em dia com a anuidade poderiam participar da votação. O processo de votação ocorreu da seguinte forma: os presentes que concordassem com os nomes citados votariam "SIM", os contrários votariam "NÃO". Realizada a votação, obteve-se o resultado de 15 votos favoráveis (SIM) e 2 contrários (NÃO).

Dando continuidade, o Presidente convidou o Sr. **Delcides Depizzol** para ser o 1º Secretário, tendo este aceitado. Foram então feitos os convites aos demais sócios para compor a diretoria, sendo aceitos e registrados.

A nova diretoria da Associação ficou assim constituída:
Presidente: Ari Aparecido Romanosk
· Vice-Presidente: Antônio A. Rodrigues Antônio A - Rodrigues
· Tesoureiro: Romildo José Depizzol Romildo J. Denizzol
· Vice-Tesoureiro: Ronaldo de Barros Ronddo Ap de Bono.
• 1º Secretário: Delcides Depizzol Depizzal
Valderi Danil R. coryffineti Po Rose





ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO LEI Nº 589/2023

Súmula: Concede o Título de Utilidade Pública para a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, e dá outras providências.

Art. 1º. Fica concedido o título de Utilidade Pública Municipal a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, instituição civil de direito privado, de caráter social, sem fins lucrativos, com sede e foro neste Município.

Art. 2º. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

- I Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos.
- II Alterar a sua denominação e, dentro de 90 (noventa) dias contados da averbação no registro público, não comunicar a ocorrência aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Tomazina.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tomazina, 10 de novembro de 2023.

FLÁVIO XAVIER DE LIMA ZANROSSO

Prefeito de Tomazina

Publicado por: Marciele Isabel Munaro Código Identificador:BCCE6917

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 13/11/2023. Edição 2897 A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site: https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito, e em atenção ao contido no art. 2°, II, da Lei n° 17.826/2013, que a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, inscrita no CNPJ sob o 05.206.346/0001-64, não possui registro de recebimento de verbas públicas.



DECLARAÇÃO

DECLARO para os devidos fins de direito, e em atenção ao contido no art. 2°, VI, da Lei n° 17.826/2013, que os dirigentes executivos da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA, inscrita no CNPJ sob o 05.206.346/0001-64, ocupantes de cargo na diretoria não são remunerados pelo exercício de suas funções.





Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 8296/2025

Informo que esta proposição foi apresentada na Sessão Ordinária do dia 3 de novembro de 2025 e foi autuada como Projeto de Lei nº 997/2025.

Curitiba, 3 de novembro de 2025.

Denise Barbosa Vasconcelos Mat. 1041291



DENISE BARBOSA VASCONCELOS

Documento assinado eletronicamente em 03/11/2025, às 16:38, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **8296** e o código CRC **1D7D6E2D1F9E8CE**



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 8373/2025

Informo que, revendo nossos registros em busca preliminar, constata-se que a presente proposição não possui similar nesta Casa.

Curitiba, 4 de novembro de 2025.

Elivelton Lourenço Mat. 1041301



ELIVELTON LOURENCO DA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 04/11/2025, às 11:40, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador 8373 e o código CRC 1D7C6A2B2F6E7BA



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 8410/2025

Projeto de Lei nº: 997/2025

Interessado: Associação dos Moradores do Bairro da Anta, Tomazina - PR

Assunto: Concessão do título de utilidade pública

Em conformidade com a Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, que regulamenta a concessão do título de utilidade pública no Estado do Paraná, informa-se que é necessário anexar ao processo legislativo os seguintes documentos:

- 1. Certidão liberatória emitida pelo Tribunal de Contas do Paraná;
- **2. Relatório de atividades da entidade**, referente aos últimos doze meses (outubro de 2024 a outubro de 2025) mês a mês, com datas e devidamente assinado pela diretoria, demonstrando periodicidade, o caráter público e a utilidade dos serviços prestados à coletividade.

Aguardam-se as providências necessárias para o regular prosseguimento do pedido de concessão do título de utilidade pública.

Curitiba, 04 de novembro de 2025.

Elivelton Lourenço Mat. 1041301



ELIVELTON LOURENCO DA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 04/11/2025, às 17:25, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **8410** e o código CRC **1E7F6B2B2B8A7BD**



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA

CNPJ N°: 05.206.346/0001-64

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEGUINTES DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DA ANTA** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 02/01/2026, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM <u>WWW.TCE.PR.GOV.BR</u>.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná ná

Código de controle **4502.SMWO.8136** Emitida em **03/11/2025** às **11:01:33**

Dados transmitidos de forma segura.

Relatório de apresentações e participações em atividades culturais e artísticas, assim como festivais de folclore e dança.

O Centro de Tradições Gaúchas Desgarrados do Pago de Pontal do Paraná, fundado em 20 de setembro de 1990, por um grupo de pessoas, amantes do folclore e das tradições gaúchas, tendo a finalidade de difundir culturalmente e atendendo as necessidades sociais de jovens e adolescentes da região, com aprendizados entre outros de disciplina, respeito e incentivo a educação.

O CTG conta hoje com duas invernadas artísticas, a invernada Mirim composta por 26 integrantes com idade entre 5 anos e 13 anos executando danças como Maçanico, meia-Canha, xotes carreirinha entre outras e com uma invernada Juvenil hoje composta por 28 integrantes entre 14 e 18 anos executando danças como Balaio, Anú, Chico Sapateado entre outras várias danças do folclore Gaúcho.

Dentro desta finalidade, os grupos se apresentam ao longo dos anos em várias festas do município, eventos culturais, escolas e festivais próprios da cultura gaúcha dentro e fora do estado do Paraná.

Nos últimos 12 meses, a entidade participou dos seguintes eventos:

Mês de novembro de 2024;

 29, 30/11 e 01/12/ 2024, participação no festival Paranaense de arte e tradição gaúcha (FEPART), realizado NA CIDADE DE Francisco Beltrão;

Mês de Dezembro de 2024;

 17/12/2024 Apresentação artística e cultural no evento Paraná Junino realizado pelo SESC na cidade de Matinhos:

Mês de Janeiro de 2025

• 12/01/2025 Apresentação das invernadas mirim e juvenil no CTG Desgarrados do Pago, em sua sede;

Mês de fevereiro de 2025;

 28 e 29/06/2025 Realização do concurso de prendas e peões biriva da primeira região tradicionalista do estado do Paraná com a participação dos integrantes das invernadas;

Mês de Março de 2025;

 30/03/2025 Apresentação no festival da costela realizada pelo CTG Desgarrados do Pago na cidade de Pontal do Paraná;

Mês de abril de 2025;

• 22/04/2025 Apresentação das invernadas artísticas na festa da padroeira da paroquia São Pedro e São Paulo na cidade de Pontal do Paraná – Balneário Pontal do Sul;

Mês de maio de 2025;

 10/05/2025 Apresentação das invernadas mirim e juvenil no CTG Desgarrados do Pago, em sua sede alusiva ao Dia das Mães;

- 17 e 18/05/2025 Participação com apresentação de invernadas mirim e juvenil, bem como nas modalidades individuais de Chula, declamação, canção e dança gaúcha de salão no PINHART (Festival Pinhais de arte Gaúcha) realizado na cidade de Pinhais PR pelo CTG Posteiro dos Mananciais;
- 30/31/05 e 01/06 Participação com apresentação de invernadas mirim e juvenil, bem como nas modalidades individuais de Chula, declamação, canção e dança gaúcha de salão no Rodeio do CTG Desgarrados do Pago da cidade de Pontal do Paraná – PR;

Mês de junho de 2025;

- 07/06/2025 Apresentação artística e cultural no evento Paraná Junino realizado pelo SESC na cidade de Matinhos;
- 21 e 22/06 Apresentações individuais e das invernadas artísticas do CTG Desgarrados do Pago no Rodeio do Litoral realizado na cidade de Itapoá /SC pelo CTG Fronteira do Litoral;
- 14/06/2025 Apresentação doas invernadas na festa junina do grupo de escoteiros do mar realizado no clube Olímpico na cidade de Paranaguá / PR;
- 28/06/2025 Apresentação das invernadas artísticas no Baile de formatura dos alunos de aula de dança gaúcha de salão do CTG Desgarrados do pago realizado na sede do próprio CTG;
- 28 e 29/06/2025 Realização do concurso de prendas e peões biriva da primeira região tradicionalista do estado do Paraná com a participação dos integrantes das invernadas;

Mês de julho de 2025;

- 05/07/2025 Apresentação das invernadas artísticas na festa da padroeira da paroquia São Pedro e São Paulo na cidade de Pontal do Paraná – Balneário Pontal do Sul;
- 10/07/2025 Apresentação cultural e artística das invernadas na festa junina da Escola Evolução da cidade de Matinhos / PR;

Mês de agosto de 2025;

- 02/08/2025 Apresentação da invernada juvenil na festa Junina da Escola Alexandra da cidade de Paranaguá em parceria com a Prefeitura Municipal de Paranaguá;
- 16 e 17 /08/2025 Apresentação das invernadas mirim e juvenil do CTG Desgarrados do Pago no FEMOART (circuito classificatório para o Festival Paranaense de arte e Tradição da cultura Gaúcha no estado do Paraná);

Mês de setembro de 2025;

• 20/09/2025 apresentação artística e cultural das invernadas mirim e juvenil no baile de 35 anos do CTG Desgarrados do Pago e em comemoração ao dia do gaúcho.

Mês de outubro de 2025;

 12/10/2025 Apresentação no festival dia D em comemoração ao dia das crianças, contando com a participação de crianças de toda a região em brincadeiras e sorteio de brindes aos participantes, realizada pelo CTG Desgarrados do Pago na cidade de Pontal do Paraná;

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO DA ANTA - AMBRA

Relatório de Atividades - Últimos 12 Meses

A AMBRA é uma associação que tem por finalidade atender principalmente o pequeno agricultor familiar, sem fins lucrativos. A entidade presta serviços tanto para sócios quanto para não sócios, oferecendo:

- Serviços com tratores (gradiação, nivelação e semeadura);
- · Corte de silagem;
- · Correção de solo;
- · Limpeza e secagem de café;
- Serviços de carreta para apoio às atividades rurais.

Setembro de 2024

- 40 horas de gradiação e nivelação
- 20 horas de corte de silagem
- 10 horas de serviço de carreta

Outubro de 2024

- 30 horas de gradiação e nivelação
- 10 horas de corte de silagem
- 5 horas de serviço de carreta

Novembro de 2024

- 60 horas de gradiação e nivelação
- 15 horas de correção de solo
- 5 horas de serviço de carreta

Dezembro de 2024

- 25 horas de gradiação e nivelação
- 5 horas de correção de solo
- 2 horas de serviço de carreta

Janeiro de 2025

- 7 horas de gradiação e nivelação
- 6 horas de serviço de carreta

Fevereiro de 2025

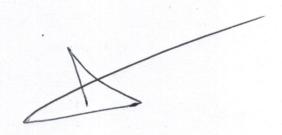
- 9 horas de gradiação e nivelação

Março de 2025

- 20 horas de gradiação e nivelação

Abril de 2025

- 15 horas de gradiação e nivelação



- 5 horas de serviço de carreta

Maio de 2025

- 15 horas de gradiação e nivelação
- 5 horas de serviço de carreta
- 10 horas de semeadora

Junho de 2025

- 20 horas de semeadora
- 20 horas de gradiação e nivelação
- 12 horas de serviço de carreta

Julho de 2025

- 25 horas de gradiação e nivelação
- 150 horas de secador
- 6 horas de serviço de carreta

Agosto de 2025

- 15 horas de gradiação e nivelação
- 180 horas de secador
- 15 horas de limpeza de café

Setembro de 2025

- 10 horas de gradiação e nivelação
- 30 horas de correção de solo
- 5 horas de serviço de carreta

A AMBRA reafirma seu compromisso com o fortalecimento da agricultura familiar e com o desenvolvimento sustentável do Bairro da Anta e comunidades vizinhas, prestando apoio técnico, serviços agrícolas e suporte ao pequeno produtor rural.

Bairro da Anta, 06 de NOVEMBRO de 2025.

Ari Aparecido Romanoski Presidente da AMBRA





Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

INFORMAÇÃO Nº 8500/2025

Autor: Deputado Anibelli Neto

Interessado: Associação dos Moradores do Bairro da Anta, Tomazina - PR

Projeto de Lei nº: 997/2025

Atesto que a entidade instruiu o presente projeto com documentos a serem encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça para análise de admissibilidade no tocante ao preenchimento dos requisitos dispostos na Lei Estadual nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013.

Curitiba, 06 de novembro de 2025.

Elivelton Lourenço Mat. 1041301



ELIVELTON LOURENCO DA SILVA

Documento assinado eletronicamente em 06/11/2025, às 15:42, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **8500** e o código CRC **1D7C6D2E4B5B4FE**



Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Pc Nossa Senhora De Salete SN - Bairro Centro Cívico - CEP 80530911 - Curitiba - PR - https://www.assembleia.pr.leg.br

DESPACHO - DL Nº 3611/2025

Ciente;

Encaminhe-se à Comissão de Constituição e Justiça.

Dylliardi Alessi Diretor Legislativo



DYLLIARDI ALESSI

Documento assinado eletronicamente em 06/11/2025, às 16:55, conforme Ato da Comissão Executiva nº 2201/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://consultas.assembleia.pr.leg.br/#/documento informando o código verificador **3611** e o código CRC **1D7D6E2A4F5A4FF**